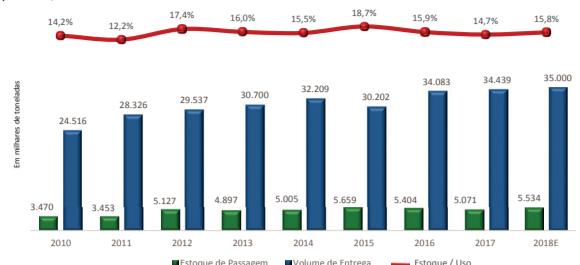


RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2017

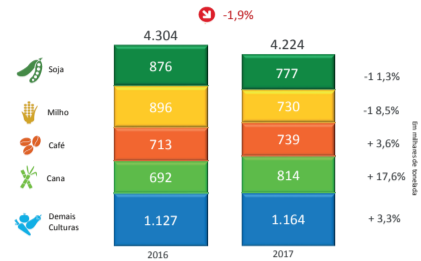
O estoque de passagem avançou de 5.071 mil toneladas em 2016 para 5.534 mil toneladas em 2017. O volume de entregas passou de 34.083 mil toneladas em 2016 para 34.439 mil toneladas em 2017 e a Heringer estima um mercado da ordem de 35.000 mil toneladas para 2018. Assim, a relação estoque/uso, que em 2017 foi de 14,7% deve subir para 15,8% em 2018.



Como salientado acima, a empresa estima que o mercado brasileiro de fertilizantes volte a crescer em 2018 (+2,0%), atingindo 35.000 mil toneladas, um novo recorde.

ENTREGAS - HERINGER

Em 2017, a Heringer entregou 4.224 mil toneladas, volume 1,9% inferior ao entregue em 2016.



ECONÔMICO FINANCEIRO

Em 2017, o volume entregue da Companhia foi inferior em 1,9% ao de 2016, atingindo 4.224 mil toneladas, sendo 4.194 para o mercado brasileiro e 30 mil para exportação. A receita líquida de 2017 foi de R\$ 4.789,7 milhões, inferior em 7,8% à de 2016, de R\$ 5.194,0 milhões. A receita líquida de 2017 caiu em relação a 2016 por conta da queda de 1,9% no volume entregue e menor taxa de câmbio média em relação ao ano anterior e também por uma menor margem bruta no período. O lucro bruto de 2017 foi de R\$ 459,7 milhões, inferior em 27,9% ao de 2016, de R\$ 637,2 milhões. A margem bruta de 2017 foi de 9,6%, bastante inferior à de 2016, que foi de 12,3%. Esta margem atipicamente baixa de 2017 foi resultado de um grande aumento nas importações de matérias primas de fertilizantes no Brasil ao longo do ano, que gerou um aumento da oferta no mercado. Os fretes e comissões em 2017 foram de R\$ 233,9 milhões, representando 4,9% da receita líquida, inferior aos R\$ 241,4 milhões de 2016, cujo percentual da receita líquida foi de 4,6%. As despesas VG&A (sem fretes e comissões) subiram 7,7% em 2017, atingindo R\$ 215,3 milhões (4,5% da receita líquida) contra R\$ 199,9 milhões em 2016 (3,8% da receita líquida). O EBITDA de 2017 foi de R\$ 91,9 milhões, representando uma margem de 1,9%, inferior em 63,2% ao de 2016, que foi de R\$ 249,5 milhões, com margem de 4,8%. As despesas financeiras líquidas de 2017 atingiram R\$ 231,9 milhões, contra R\$ 137,5 milhões de 2016. Esse valor é composto pelos juros líquidos, descontos concedidos, despesas referentes ao AVP (ajuste a valor presente), entre outras, no valor de R\$ 155,4 milhões negativos, variação cambial negativa de R\$ 21,3 milhões e perda com operações de hedge no valor de R\$ 55,3 milhões. Em 2017, o resultado líquido foi negativo em R\$ 125,6 milhões, enquanto o resultado líquido foi positivo em R\$ 43,2 milhões no ano de 2016.

	2017	% RL	2016	% RL	Δ % 17/16
Volume	4.224.191		4.304.395		-1,9%
Receita Líquida	4.789.723	100,0%	5.194.970	100,0%	-7,8%
CPV	(4.330.049)	-90,4%	(4.557.742)	-87,7%	-5,0%
Lucro Bruto	459.674	9,6%	637.228	12,3%	-27,9%
Fretes e Comissões	(233.923)	-4,9%	(241.444)	-4,6%	-3,1%
VG&A	(215.339)	-4,5%	(199.859)	-3,8%	7,7%
EBITDA	91.898	1,9%	249.578	4,8%	-63,2%
Rec/(Desp) Financeira, líquida	(231.968)	-4,8%	(137.485)	-2,6%	68,7%
Resultado Líquido	(125.604)	-2,6%	43.190	0,8%	-390,8%

Apesar da continuidade da paralisação temporária da unidade de produção de SSP e ácido sulfúrico, as unidades encontram-se em adequado nível de manutenção. Com relação à ação civil pública de Paraná - PR, a fase instrutória encontra-se encerrada e atualmente os autos estão concluídos para sentença do juízo de primeira instância.

	Distribuição de Fertilizantes	Produção de SSP e Ácido Sulfúrico	Total Companhia
Receita Líquida	4.789.723 100,0%	5.194.970 100,0%	4.789.723 100,0%
CPV	(4.330.753) -89,9%	(4.536.007) -87,3%	(4.330.049) (4.557.742)
Lucro Bruto	485.970 10,1%	658.963 12,7%	459.674 637.228
Fretes e Comissões	(233.923) -4,9%	(241.444) -4,6%	(233.923) (241.444)
VG&A	(215.339) -4,5%	(199.859) -3,8%	(215.339) (199.859)
EBITDA	107.598 2,2%	260.632 5,0%	91.898 249.578

NÚMERO DE CLIENTES

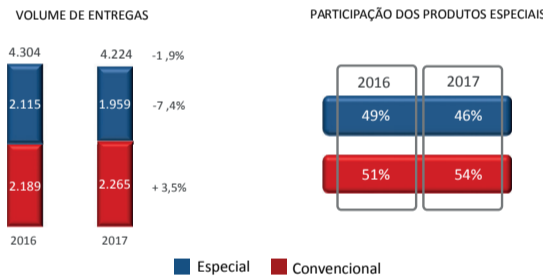
Em 2017, a Companhia entregou o volume de 4,2 milhões de toneladas de fertilizantes para 35 mil clientes distribuídos em todo o território nacional.

INVESTIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2017, a Heringer possuía o montante de R\$ 514,2 milhões em imobilizado, investimentos e intangível.

INOVACÃO TECNOLÓGICA

Com objetivo de intensificar e potencializar a produtividade das lavouras, além dos produtos convencionais, a Heringer disponibiliza para os seus clientes uma linha de fertilizantes especiais. Formada por produtos de excelente desempenho agrônomo, que proporcionam maior rendimento às lavouras e um melhor custo benefício, os produtos especiais tem contribuído para a fidelização dos nossos clientes. Em 2017, o volume de vendas foi de 4.224 mil toneladas, 1,9% inferior ao de 2016 que atingiu 4.304 mil toneladas. Deste volume, 46% foram vendas de produtos especiais, inferiores 7,4% em relação a 2016, atingindo um volume de 1.959 mil toneladas.



A Heringer investe continuamente em pesquisas para o desenvolvimento de novas tecnologias que possam vir a ser aplicadas na produção de fertilizantes. Esse trabalho permite ter uma linha completa de fertilizantes sólidos (com destaque para **FH HUMICS**, **FH MICRO Total** e **FH NITRO Mais**), de fertirrigação e foliares, ou seja, produtos com diferentes teores de nutrientes, adaptados às necessidades específicas das mais diversas culturas e que geram melhor produtividade e consequentemente melhores resultados financeiros para o agricultor. A Companhia possui um corpo técnico capacitado, composto por engenheiros agrônomos, técnicos agrícolas e zootecnistas, profissionais que estão em constante atualização com as novas tendências de adubação para as diversas culturas.

Além disso, a Heringer mantém três centros de estudo e pesquisa, sendo um dedicado à cultura do café, um ao manejo e adubação de pastagens e outro aos estudos do agronegócio. Os resultados gerados nesses centros viabilizam o estreitamento no relacionamento com os produtores rurais, bem como dão respaldo técnico para a comercialização dos nossos produtos especiais. As pesquisas internas são divulgadas pelo corpo técnico e consultores especializados, em palestras, dias de campo e outros eventos do setor agropecuário. Cepec (Centro Experimental de Extensão e Pesquisa Cafeeira Eloy Carlos Heringer) - Uma iniciativa da Heringer em parceria com o Mapa (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), situado em Martins Soares-MG, desde 1998, é considerado referência nacional em desenvolvimento tecnológico para a cafeicultura de montanha, recebendo, anualmente, aproximadamente 1.000 produtores rurais e técnicos em suas reuniões sobre resultados de pesquisas. Cepac (Centro de Manejo e Adubação de Pastagens) - desde 2003, promove visitas e reuniões com agricultores, pesquisadores, pecuaristas e técnicos, com o objetivo de difundir os resultados e conhecimentos ali gerados. O centro possui uma extensa área de pastagem, que é destinada ao sistema de produção e simula a realidade do campo. São testados diferentes níveis de adubação em diferentes espécies forrageiras para conhecimento e demonstração da exigência nutricional de cada uma. Ceagro (Centro de Estudos do Agronegócio) - Localizado no município de Vila Velha-ES, é um dos pilares do

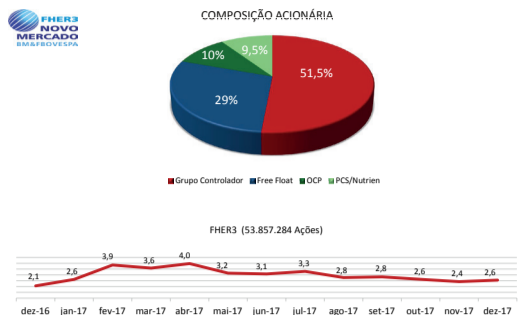
trabalho de excelência realizado pela Heringer, com uma estrutura disponível para estudar e desenvolver novas técnicas agrícolas.

MERCADO CAPITAIS E RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Atualmente, a FHER3 é a única empresa de fertilizantes listada na B3 (BM&FBOVESPA), tornando-se uma oportunidade atrativa para investimento.

As ações da Heringer são negociadas no Novo Mercado, segmento máximo de governança corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo B3 (BM&FBOVESPA), desde abril de 2007 sob o código FHER3. A Heringer participa dos índices ITAG, IGC e IGC.M.

A Heringer possui bons fundamentos, como um significativo potencial de crescimento num mercado competitivo, vendas geograficamente equilibradas, base de clientes diversificada, foco nas vendas para o varejo, adequada estrutura logística e de distribuição, marca altamente reconhecida, amplo portfólio de produtos especiais, gestão sólida, entre outros.



DIREITO DOS ACIONISTAS

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual não inferior a 25% do lucro líquido do exercício, após a compensação de prejuízos acumulados, se houver, e deduzido ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reservas para contingências ou reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; (iii) importância decorrente da reversão da reserva de lucros a realizar formada em exercícios anteriores, nos termos do artigo 202, inciso II da Lei das Sociedades por Ações. Aos administradores, poderá ser atribuída participação de até um décimo do lucro líquido do exercício, conforme previsto no Estatuto Social. A Companhia poderá manter reserva estatutária de lucros denominada "Reserva de Investimentos" que terá por fim financiar sua expansão. Tal reserva não poderá exceder a 80% do capital social subscrito e à qual serão atribuídos recursos não inferiores a 5% e não superiores a 75% do lucro líquido que remanescer após as deduções legais e estatutárias. O saldo remanescente de lucro líquido do exercício após a distribuição de dividendos e constituição de reserva estatutária, se houver, terá a destinação a ser dada pela Assembleia Geral, observadas as prescrições legais. Em 31 de dezembro de 2017, o montante que seria destinado à reserva de lucros - Incentivos fiscais, no valor de R\$17.784, foi utilizado para absorção de prejuízos acumulados. Esses incentivos fiscais são utilizados para absorção de prejuízos acumulados desde 31 de dezembro de 2008. Até 31 de dezembro de 2017, os montantes anuais de incentivos fiscais que foram utilizados para absorção de prejuízos acumulados, e que, como antes mencionado, deverão ser restaurados como reserva de lucros quando houver lucro disponível, são como segue:

	2008 a 2014	2015	2016	2017	Total
PSDI (i)	159.488	19.575	17.970	11.513	208.544
Desenvolve (ii)	-	-	3.946	6.271	10.217
Outros Incentivos Recebidos (iii)	5.457	1.288	-	-	6.685
	164.945	19.575	23.144	17.784	225.448

Benefício fiscal de redução de ICMS: Foi concedido à Companhia em dezembro de 2003 por participar do Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial - PSDI - Governo do Estado de Sergipe, que goza de benefício fiscal correspondente à redução de 92% do valor do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) apurado na unidade fabril de Rosário do Catete - SE. O programa tem vencimento em 26 de dezembro de 2028.

(ii) Concedido à Companhia em novembro de 2014 por participar do Programa Desenvolve - Governo do Estado da Bahia, que goza de benefício fiscal correspondente à redução de 90% do valor do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) apurado na unidade fabril de Candeias - BA. O programa tem vencimento em 31 de outubro de 2026.

(iii) Redução de 75% do imposto de renda a receber, com base no lucro da exploração por período de 10 anos a contar da data da concessão, por força do artigo 17 da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, obtidos da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE e Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM: (a) em 2011 o benefício foi concedido para a unidade de Camaçari - BA e tem duração garantida até 2020; (b) a partir de 2014, o benefício foi concedido para as duas unidades de Rondonópolis - MT e tem duração garantida até 2023; e (c) a partir de 2016 o benefício foi concedido para a unidade de Candeias - BA e tem duração garantida até 2025.

Com o objetivo de agregar transparência às práticas de sustentabilidade, em 2017, a Heringer divulgou o seu 6º Relatório de Sustentabilidade, seguindo os padrões dos indicadores da GRI (Global Reporting Initiative). O relatório demonstra o engajamento e o compromisso da Companhia com a sustentabilidade, para com seus colaboradores, clientes, investidores, fornecedores, parceiros e a sociedade de forma geral. As informações contidas no relatório são referentes ao desempenho nos âmbitos econômico, social e ambiental de todas as suas unidades e dão continuidade ao seu primeiro relatório, referente a 2011, que desde então passou a ser anual.

RECURSOS HUMANOS

A Heringer atua em conformidade com a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), e todos os colaboradores próprios são abrangidos por acordos de negociação coletiva, com exceção dos terceirizados e estagiários. Em 31 de dezembro de 2017, o quadro era composto por 3.050 colaboradores diretos, distribuídos em 2.935 próprios, 10 estagiários e 105 aprendizes. Além destes, contava ainda com 26 aprendizes registrados nas instituições credenciadas e com 211 colaboradores de empresas contratadas.

O salário dos empregados é calculado na forma da lei e sua remuneração é composta por salário base (nominal) e parcela variável de 75% do horas extras, adicional noturno, periculosidade e gratificação. A política de benefícios é concedida aos colaboradores com o intuito de proporcionar-lhes segurança e bem-estar, tanto no ambiente interno quanto externo. São oferecidos aos empregados um pacote de benefícios, incluindo assistência médica, seguro de vida, previdência privada, alimentação e transporte.

A Heringer possui, também, um programa de participação nos lucros - PLR, por meio do qual distribui aos empregados 10% do lucro líquido ajustado por eventuais prejuízos acumulados de exercícios anteriores. A Heringer distribui, antes do encerramento do exercício, um salário nominal a título de adiantamento, o qual independe da geração de lucros. Os empregados admitidos no decorrer do exercício social recebem participação proporcional ao tempo de serviço.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES EXTERNOS

Atendendo ao que determina a Instrução CVM nº 381/03, a Heringer obteve dos auditores independentes ou pessoas a ele ligadas, os seguintes serviços que não os de auditoria externa em 2017: 1. Consultoria tributária, previdenciária e trabalhista. Os honorários relativos a esses serviços totalizaram R\$ 210.276 em 2017.

Adicionalmente, a política adotada pela Heringer atende aos princípios que preservam a independência do auditor, para contratação de serviços de auditoria, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, quais sejam: o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

CONCLUSÕES FINAIS

A Administração da Heringer agradece a seus acionistas, clientes, fornecedores e colaboradores pela confiança e apoio demonstrados ao longo de mais um ano. Permanecemos confiantes na continuidade do desempenho positivo do agronegócio brasileiro e na manutenção de sua importância para a economia do país.

A Heringer possui, também, um programa de participação nos lucros - PLR, por meio do qual distribui aos empregados 10% do lucro líquido ajustado por eventuais prejuízos acumulados de exercícios anteriores. A Heringer distribui, antes do encerramento do exercício, um salário nominal a título de adiantamento, o qual independe da geração de lucros. Os empregados admitidos no decorrer do exercício social recebem participação proporcional ao tempo de serviço.

RELAÇÃO COM O PÚBLICO

A Heringer possui, também, um programa de participação nos lucros - PLR, por meio do qual distribui aos empregados 10% do lucro líquido ajustado por eventuais prejuízos acumulados de exercícios anteriores. A Heringer distribui, antes do encerramento do exercício, um salário nominal a título de adiantamento, o qual independe da geração de lucros. Os empregados admitidos no decorrer do exercício social recebem participação proporcional ao tempo de serviço.

RELAÇÃO COM O PÚBLICO

A Heringer possui, também, um programa de participação nos lucros - PLR, por meio do qual distribui aos empregados 10% do lucro líquido ajustado por eventuais prejuízos acumulados de exercícios anteriores. A Heringer distribui, antes do encerramento do exercício, um salário nominal a título de adiantamento, o qual independe da geração de lucros. Os empregados admitidos no decorrer do exercício social recebem participação proporcional ao tempo de serviço.

RELAÇÃO COM O PÚBLICO

A Heringer possui, também, um programa de participação nos lucros - PLR, por meio do qual distribui aos empregados 10% do lucro líquido ajustado por eventuais prejuízos acumulados de exercícios anteriores. A Heringer distribui, antes do encerramento do exercício, um salário nominal a título de adiantamento, o qual independe da geração de lucros. Os empregados admitidos no decorrer do exercício social recebem participação proporcional ao tempo de serviço.

RELAÇÃO COM O PÚBLICO

A Heringer possui, também, um programa de participação nos lucros - PLR, por meio do qual distribui aos empregados 10% do lucro líquido ajustado por eventuais prejuízos acumulados de exercícios anteriores. A Heringer distribui, antes do encerramento do exercício, um salário nominal a título de adiantamento, o qual independe da geração de lucros. Os empregados admitidos no decorrer do exercício social recebem participação proporcional ao tempo de serviço.

RELAÇÃO COM O PÚBLICO

A Heringer possui, também, um programa de participação nos lucros - PLR, por meio do qual distribui aos empregados 10% do lucro líquido ajustado por eventuais prejuízos acumulados de exercícios anteriores. A Heringer distribui, antes do encerramento do exercício, um salário nominal a título de adiantamento, o qual independe da geração de lucros. Os empregados admitidos no decorrer do exercício social recebem participação proporcional ao tempo de serviço.

RELAÇÃO COM O PÚBLICO

A Heringer possui, também, um programa de participação nos lucros - PLR, por meio do qual distribui aos empregados 10% do lucro líquido ajustado por eventuais prejuízos acumulados de exercícios anteriores. A Heringer distribui, antes do encerramento do exercício, um salário nominal a título de adiantamento, o qual independe da geração de lucros. Os empregados admitidos no decorrer do exercício social recebem participação proporcional ao tempo de serviço.

RELAÇÃO COM O PÚBLICO

A Heringer possui, também, um programa de participação nos lucros - PLR, por meio do qual distribui aos empregados 10% do lucro líquido ajustado por eventuais prejuízos acumulados de exercícios anteriores. A Heringer distribui, antes do encerramento do exercício, um salário nominal a título de adiantamento, o qual independe da geração de lucros. Os empregados admitidos no decorrer do exercício social recebem participação proporcional ao tempo de serviço.

RELAÇÃO COM O PÚBLICO

A Heringer possui, também, um programa de participação nos lucros - PLR, por meio do qual distribui aos empregados 10% do lucro líquido ajustado por eventuais prejuízos acumulados de exercícios anteriores. A Heringer distribui, antes do encerramento do exercício, um salário nominal a título de adiantamento, o qual independe da geração de lucros. Os empregados admitidos no decorrer do exercício social recebem participação proporcional ao tempo de serviço.

RELAÇÃO COM O PÚBLICO

A Heringer possui, também, um programa de participação nos lucros - PLR, por meio do qual distribui aos empregados 10% do lucro líquido ajustado por eventuais prejuízos acumulados de exercícios anteriores. A Heringer distribui, antes do encerramento do exercício, um salário nominal a título de adiantamento, o qual independe da geração de lucros. Os empregados admitidos no decorrer do exercício social recebem participação proporcional ao tempo de serviço.

RELAÇÃO COM O PÚBLICO

A Heringer possui, também, um programa de participação nos lucros - PLR, por meio do qual distribui aos empregados 10% do lucro líquido ajustado por eventuais prejuízos acumulados de exercícios anteriores. A Heringer distribui, antes do encerramento do exercício, um salário nominal a título de adiantamento, o qual independe da geração de lucros. Os empregados admitidos no decorrer do exercício social recebem participação proporcional ao tempo de serviço.

RELAÇÃO COM O PÚBLICO

A Heringer possui, também, um programa de participação nos lucros - PLR, por meio do qual distribui aos empregados 10% do lucro líquido ajustado por eventuais prejuízos acumulados de exercícios anteriores. A Heringer distribui, antes do encerramento do exercício, um salário nominal a título de adiantamento, o qual independe da geração de lucros. Os empregados admitidos no decorrer do exercício social recebem participação proporcional ao tempo de serviço.

RELAÇÃO COM O PÚBLICO

A Heringer possui, também, um programa de participação nos lucros - PLR, por meio do qual distribui aos empregados 10% do lucro líquido ajustado por eventuais prejuízos acumulados de exercícios anteriores. A Heringer distribui, antes do encerramento do exercício, um salário nominal a título de adiantamento, o qual independe da geração de lucros. Os empregados admitidos no decorrer do exercício social recebem participação proporcional ao tempo de serviço.

RELAÇÃO COM O PÚBLICO

A Heringer possui, também, um programa de participação nos lucros - PLR, por meio do qual distribui aos empregados 10% do lucro líquido ajustado por eventuais prejuízos acumulados de exercícios anteriores. A Heringer distribui, antes do encerramento do exercício, um salário nominal a título de adiantamento, o qual independe da geração de lucros. Os empregados admitidos no decorrer do exercício social recebem participação proporcional ao tempo de serviço.

RELAÇÃO COM O PÚBLICO

A Heringer possui, também, um programa de participação nos lucros - PLR, por meio do qual distribui aos empregados 10% do lucro líquido ajustado por eventuais prejuízos acumulados de exercícios anteriores. A Heringer distribui, antes do encerramento do exercício, um salário nominal a título de adiantamento, o qual independe da geração de lucros. Os empregados admitidos no decorrer do exercício social recebem participação proporcional ao tempo de serviço.

RELAÇÃO COM O PÚBLICO

A Heringer possui, também, um programa de participação nos lucros - PLR, por meio do qual distribui aos empregados 10% do lucro líquido ajustado por eventuais prejuízos acumulados de exercícios anteriores. A Heringer distribui, antes do encerramento do exercício, um salário nominal a título de adiantamento, o qual independe da geração de lucros. Os empregados admitidos no decorrer do exercício social recebem participação proporcional ao tempo de serviço.

RELAÇÃO COM O PÚBLICO

A Heringer possui, também, um programa de participação nos lucros - PLR, por meio do qual distribui aos empregados 10% do lucro líquido ajustado por eventuais prejuízos acumulados de exercícios anteriores. A Heringer distribui, antes do encerramento do exercício, um salário nominal a título de adiantamento, o qual independe da geração de lucros. Os empregados admitidos no decorrer do exercício social recebem participação proporcional ao tempo de serviço.

RELAÇÃO COM O PÚBLICO

A Heringer possui, também, um programa de participação nos lucros - PLR, por meio do qual distribui aos empregados 10% do lucro líquido ajustado por eventuais prejuízos acumulados de exercícios anteriores. A Heringer distribui, antes do encerramento do exercício, um salário nominal a título de adiantamento, o qual independe da geração de lucros. Os empregados admitidos no decorrer do exercício social recebem participação proporcional ao tempo de serviço.

RELAÇÃO COM O PÚBLICO

A Heringer possui, também, um programa de participação nos lucros - PLR, por meio do qual distribui aos empregados 10% do lucro líquido ajustado por eventuais prejuízos acumulados de exercícios anteriores. A Heringer distribui, antes do encerramento do exercício, um salário nominal a título de adiantamento, o qual independe da geração de lucros. Os empregados admitidos no decorrer do exercício social recebem participação proporcional ao tempo de serviço.

RELAÇÃO COM O PÚBLICO

A Heringer possui, também, um programa de participação nos lucros - PLR, por meio do qual distribui aos empregados 10% do lucro líquido ajustado por eventuais prejuízos acumulados de exercícios anteriores. A Heringer distribui, antes do encerramento do exercício, um salário nominal a título de adiantamento, o qual independe da geração de lucros. Os empregados admitidos no decorrer do exercício social recebem participação proporcional ao tempo de serviço.

RELAÇÃO COM O PÚBLICO

A Heringer possui, também, um programa de participação nos lucros - PLR, por meio do qual distribui aos empregados 10% do lucro líquido ajustado por eventuais prejuízos acumulados de exercícios anteriores. A Heringer distribui, antes do encerramento do exercício, um salário nominal a título de adiantamento, o qual independe da geração de lucros. Os empregados admitidos no decorrer do exercício social recebem participação proporcional ao tempo de serviço.

RELAÇÃO COM O PÚBLICO

A Heringer possui, também, um programa de participação nos lucros - PLR, por meio do qual distribui aos empregados 10% do lucro líquido ajustado por eventuais prejuízos acumulados de exercícios anteriores. A Heringer distribui, antes do encerramento do exercício, um salário nominal a título de adiantamento, o qual independe da geração de lucros. Os empregados admitidos no decorrer do exercício social recebem participação proporcional ao tempo de serviço.

Senhores acionistas, No sentido de atender às disposições legais, a Fertilizantes Heringer S.A. vem apresentar a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e as respectivas notas explicativas.

No ano de 2017, o Brasil continuou a sentir os reflexos da crise econômica dos anos anteriores e a continuidade da crise política. O Produto Interno Bruto voltou a crescer, ainda que em patamares ainda incipientes e a taxa de desemprego manteve-se elevada, ao redor de 12,0%. Para 2018, há uma expectativa de que o PIB do país cresça cerca de 3,0% em relação ao ano anterior, sendo que o agronegócio continuará sendo importante para a recuperação da economia brasileira, também em função da boa safra de grãos esperada para o ano.

O Brasil produziu uma safra de grãos de 238,7 milhões de toneladas em 2017, recorde absoluto na produção de grãos do país e segundo a CONAB, deve colher uma safra 225 milhões de toneladas em 2018.

As entregas de fertilizantes no Brasil em 2017 foram de 34,4 milhões de toneladas, 1,0% superiores às de 2016, de 34,1 milhões de toneladas. Apesar de novo recorde no volume entregue, a comercialização de fertilizantes aconteceu de forma lenta, com uma menor aquisição de forma antecipada desses insumos para a cultura de soja durante o primeiro semestre de 2017 em relação ao mesmo período de 2016. No primeiro semestre de 2017, a indústria de fertilizantes importou 22% a mais de matérias primas em relação a 2016, para atender uma eventual maior demanda no período, o que acabou não acontecendo. Os maiores volumes de importação de matérias primas de fertilizantes acabaram gerando uma maior oferta no mercado, com impacto negativo para as margens de comercialização.

Atendendo as mais variadas culturas em praticamente todas as regiões produtoras do país, a Heringer obteve um faturamento líquido em 2017 de R\$ 4,8 bilhões, com um volume entregue de 4,2 milhões de toneladas de fertilizantes, aos seus cerca de 35 mil clientes. O EBITDA recuou para R\$ 92 milhões e o prejuízo líquido foi de R\$ 125,6 milhões em 2017. A Companhia desenvolve suas atividades visando, além do atendimento aos clientes com produtos de qualidade, difundir as melhores práticas de adubação, baseada na proteção ambiental e possibilitando expandir a produção e aumentar a rentabilidade dos agricultores.

Os produtos especiais desenvolvidos pela Heringer proporcionam resultados agrônomicos superiores, o que aliado a um atendimento personalizado aos clientes, tem contribuído para o crescimento de sua participação no mercado brasileiro de fertilizantes e para a melhoria da competitividade, ao viabilizar a venda de produtos de maior valor agregado.

A Heringer tem se focado nas vendas dos produtos especiais (linhas solo, fertirrigação e foliar), que atingiram uma participação de 46% do total das entregas da Companhia em 2017, com um volume de 1,9 milhão de toneladas. Em 2017, foi divulgado o sexto Relatório de Sustentabilidade, uma oportunidade de aumento do engajamento de todos nas questões envolvendo a sustentabilidade, além da divulgação dos indicadores, metas a serem alcançadas e das realizações da Companhia nos âmbitos econômico, social e ambiental.

Para 2018, a expectativa é que o mercado brasileiro de fertilizantes deva atingir um volume de entregas de 35,0 milhões de toneladas, com um crescimento próximo a 2,0% ante 2017, por conta de uma adequada relação de troca fertilizantes x commodities agrícolas.

PERFIL E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Há 50 anos no mercado, a Fertilizantes Heringer S.A. com sede na cidade de Viana, no estado do Espírito Santo, é uma das Companhias nacionais pioneiras na produção, comercialização e distribuição de fertilizantes. A Heringer teve um crescimento significativo em toda sua trajetória, resultado de investimentos em novas unidades de produção, qualidade e produtos especiais, atendimento personalizado a seus clientes, ampla rede de comercialização e distribuição, acesso seguro e estável a matérias-primas, agilidade no processo decisório e posicionamento estratégico oportuno dentro de importantes mercados regionais.

A Companhia opera através de 19 unidades de misturas, distribuídas nas principais regiões de consumo do Brasil, além de possuir uma unidade de produção de ácido sulfúrico e produção de superfosfato simples (SSP).

Assim, possui ampla capacidade de desenvolvimento de novos fertilizantes especiais através de seu corpo técnico, além de dois centros de pesquisa, o que lhe permite atender diversos segmentos do setor de agronegócio. Como passo importante para seu crescimento e modernização, a Heringer abriu seu capital ao mercado ingressando no Novo Mercado da B3 (BM&FBOVESPA) em abril de 2007, tendo suas ações negociadas no código FHER3.

As importações de fertilizantes atingiram um recorde de 26,3 milhões de toneladas em 2017, correspondendo a cerca de 75% dos fertilizantes consumidos no Brasil, uma vez que a produção nacional não tem sido suficiente para atender o mercado. Em 2018, o percentual importante para atendimento da demanda interna tende a se manter.

Em 2018, as entregas de fertilizantes no Brasil devem atingir 35,0 milhões de toneladas, volume cerca de 2,0% superior a 2017.

MERCADO BRASILEIRO

De acordo com a ANA, em 2017, o mercado brasileiro de fertilizantes cresceu 1,0% em relação ao ano anterior, atingindo 8.185 mil toneladas, superior em 0,4% ao 4T16, de 9.609 mil toneladas.

2.2. Resumo das principais práticas contábeis

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, CVM, IASB e outros órgãos reguladores, aplicadas às suas operações. A Companhia adotou as normas contábeis em vigor em 31 de dezembro de 2017. Conforme mencionado na Nota 12, a Companhia decidiu apresentar os montantes das transações de "forfait" em rubrica específica do passivo circulante. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de terrenos e edificações na data de transição para IFRS/CPs, e que, no caso de outros ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

As demonstrações financeiras da Companhia somente diferem das práticas do IFRS, pois a legislação societária brasileira requer que as companhias abertas apresentem a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) em suas demonstrações financeiras, enquanto que para fins de IFRS tais demonstrações são apresentadas como informações suplementares.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente. As áreas que necessitam de um maior nível de julgamento e que possuem maior complexidade, são as demonstrações financeiras para as demonstrações financeiras são: (i) perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros; (ii) impostos e contingências; e (iii) valor justo de instrumentos financeiros; e (iv) classificação dos fluxos de caixa gerados pelas operações de financiamento de importações de matérias-primas. Os detalhes estão descritos na Nota 2.3.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia, bem como as estimativas e premissas aplicadas aos montantes contábeis, estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir.

2.2.1. Ativos financeiros

(a) Classificação
A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: (i) mensurados ao valor justo pelo custo de mercado; (ii) empréstimos e recebíveis; a classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

(b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado
Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os derivativos também são incluídos nessa categoria, a menos que tenham sido classificados como instrumento de hedge. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

(c) Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis são avaliados com base em informações sobre a capacidade de caixa, contatos a receber de clientes, outros ativos e depósitos judiciais.

(d) Reconhecimento inicial e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

(e) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrerem. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

(f) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

(g) Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos dos instrumentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra (Nível I). Se o valor justo de um ativo financeiro não estiver listado no Bolsa de Valores de São Paulo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações fornecidas pela Administração da própria entidade (Nível II).

Os valores justos de ativos e passivos financeiros não cotados no balanço patrimonial não puder ser referidos a mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naquelas praticadas no mercado, quando possível; contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Incluem-se também os seguintes fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

(h) Baixa de ativos financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

(i) Compensação de instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(j) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

A Companhia realiza transações com instrumentos financeiros derivativos, contratados com o propósito de reduzir o risco de mudança no balanço patrimonial decorrente de variações nos preços de produtos imobilizados. Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Qualquer ganho ou perda resultante de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado.

2.2.2. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração reconhece o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado.

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda, o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos. O valor em uso é determinado com base em projeções de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

2.2.3. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.2.4. Conversão em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

2.2.5. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas pelo método indireto.

Os efeitos reguladores de ativos e passivos financeiros para 2017 são os seguintes: (i) pagamentos de empréstimos e financiamentos - são apresentadas como atividade operacional da demonstração dos fluxos de caixa pelo fato de estarem diretamente relacionadas com as atividades operacionais da Companhia.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, CVM, IASB e outros órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2017.

Para adequação à forma de apresentação das demonstrações financeiras, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apenas os valores de Depósitos Judiciais vinculados à Provisão para Contingências, originalmente registrados no grupo de Depósitos Judiciais, no montante de R\$ 5.529 em 31 de dezembro de 2016, foram reclassificados para o grupo Provisão para Contingências. A reclassificação impactou o fluxo de caixa em um montante de R\$ 1.864 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, nas rubricas de Depósitos Judiciais e Provisão (reversão) para Contingências, líquidas, nas atividades operacionais. Não houve impactos nas Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, do Resultado, do Resultado Abrangente e do Valor Adicionado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Adicionalmente, a administração identificou a necessidade de reclassificar a demonstração do fluxo de caixa, pela apresentação da movimentação dos fluxos de contratação e pagamento de principal de empréstimos e financiamentos originalmente apresentados na demonstração dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2016, em dois itens: correções não geraram impactos nos saldos do Balanço Patrimonial, nas Demonstrações do Resultado, do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Líquido e do Valor Adicionado para o exercício findo naquela data.

Os saldos de ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2017, são os seguintes:

	anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Contratação de financiamentos	1.930.504	(577.733)	1.352.771
Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos	(1.647.553)	577.733	(1.069.820)
Pagamento de debêntures	(86.684)	-	(86.684)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	196.267	-	196.267

2.2.7. Normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2017. A adoção dessas normas não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2017.

IFRS 9/CPs 48 - "Instrumentos Financeiros"

aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39/CP38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações do IFRS 9 são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de perda incorrida; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

A administração revisou seus ativos financeiros e espera o seguinte impacto da adoção da nova norma em 1º de janeiro de 2018: (i) Subcarteira de Contas a Receber - FIDC - Ajuste estimado no saldo de abertura em 1º de janeiro de 2018 é de R\$ 3.847 líquido de tributos, em contrapartida à redução do patrimônio líquido.

(ii) O impacto da adoção das novas normas de passivos financeiros não tem impacto nas demonstrações financeiras da administração no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

IFRS 15/CPs 47 - "Receita de Contratos com Clientes"

essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui o IAS 11/CPs "Contratos de Construção", IAS 18/CPs "Receitas" e correspondentes interpretações.

A administração não espera impactos relevantes no reconhecimento de receita na adoção da nova norma em 1º de janeiro de 2018.

A administração irá adotar as novas regras a partir de 1º de janeiro de 2018, adotando o método retrospectivo modificado, isto é, sem a representação das cifras comparativas do ano anterior (2017) e com os impactos acumulados de adoção inicial lançados integralmente contra lucros acumulados em 1º de janeiro de 2018, se houver.

Os efeitos reguladores de ativos e passivos financeiros para 2018 são os seguintes:

	anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Contratação de financiamentos	1.930.504	(577.733)	1.352.771
Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos	(1.647.553)	577.733	(1.069.820)
Pagamento de debêntures	(86.684)	-	(86.684)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	196.267	-	196.267

3. Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(a) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos. Na data de encerramento do exercício, a Companhia analisou a perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros com base em uma vida longa não será recuperável de acordo com as unidades geradoras de caixa. O cálculo do valor em uso exige que a administração estime os fluxos de caixa futuros esperados, oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa são detalhadas na Nota 11.

(b) Tributos diferidos

As estimativas de recuperação dos créditos tributários diferidos estão suportadas pelas projeções de operações e lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios que permitam a realização dos créditos. Consequentemente essas estimativas estão sujeitas às incertezas inerentes a essas previsões.

(c) Contingências

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na Nota 15. Provisões são constituídas para os passivos judiciais e administrativos que representam perdas prováveis e estimativas de certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisdições disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

(d) Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo dos instrumentos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercado ativo, será determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naquelas praticadas no mercado, quando possível; contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Incluem-se também os seguintes fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

2.3.2. Julgamentos críticos

Classificação dos fluxos de caixa gerados pelas operações de financiamento de importações de matérias-primas

As operações de fluxos de caixa gerados pelas operações de financiamento de importações de matérias-primas são apresentadas como atividade operacional na DFC-demonstração dos fluxos de caixa, pelo fato de estarem diretamente relacionadas com as atividades operacionais da Companhia, por serem realizadas exclusivamente para aquisição de insumos, e que suas condições básicas, prazos e juros, não apresentam divergências significativas em relação às compras diretas com fornecedores.

As operações de FINIMP são utilizadas exclusivamente para aquisição de matérias-primas, diferente das outras modalidades de empréstimos que são utilizados principalmente para capital de giro.

O caixa e os equivalentes de caixa, este último considerado pela Companhia como uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que estão representados por aplicações financeiras em CDB (Certificados de Depósito Bancário) e operações compensadas (operações com compromisso de recompra pela instituição financeira), os quais são resgatáveis, sem penalizações, em prazo inferior a 30 dias das datas de contratação.

Essas operações foram contratadas junto a instituições de primeira linha e são remuneradas com base em percentuais da variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI), com liquidez imediata.

(ii) Referem-se a operações realizadas com instituições financeiras de primeira linha, e são remuneradas com base em percentuais da variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI), com liquidez imediata, e compromisso de recompra pelas próprias instituições financeiras, sem limite de prazo ou carência.

Essas operações foram contratadas junto a instituições de primeira linha e são remuneradas com base em percentuais da variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI), com liquidez imediata, e compromisso de recompra pelas próprias instituições financeiras, sem limite de prazo ou carência.

Essas operações foram contratadas junto a instituições de primeira linha e são remuneradas com base em percentuais da variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI), com liquidez imediata, e compromisso de recompra pelas próprias instituições financeiras, sem limite de prazo ou carência.

Essas operações foram contratadas junto a instituições de primeira linha e são remuneradas com base em percentuais da variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI), com liquidez imediata, e compromisso de recompra pelas próprias instituições financeiras, sem limite de prazo ou carência.

Essas operações foram contratadas junto a instituições de primeira linha e são remuneradas com base em percentuais da variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI), com liquidez imediata, e compromisso de recompra pelas próprias instituições financeiras, sem limite de prazo ou carência.

Essas operações foram contratadas junto a instituições de primeira linha e são remuneradas com base em percentuais da variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI), com liquidez imediata, e compromisso de recompra pelas próprias instituições financeiras, sem limite de prazo ou carência.

Essas operações foram contratadas junto a instituições de primeira linha e são remuneradas com base em percentuais da variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI), com liquidez imediata, e compromisso de recompra pelas próprias instituições financeiras, sem limite de prazo ou carência.

Essas operações foram contratadas junto a instituições de primeira linha e são remuneradas com base em percentuais da variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI), com liquidez imediata, e compromisso de recompra pelas próprias instituições financeiras, sem limite de prazo ou carência.

Essas operações foram contratadas junto a instituições de primeira linha e são remuneradas com base em percentuais da variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI), com liquidez imediata, e compromisso de recompra pelas próprias instituições financeiras, sem limite de prazo ou carência.

Essas operações foram contratadas junto a instituições de primeira linha e são remuneradas com base em percentuais da variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI), com liquidez imediata, e compromisso de recompra pelas próprias instituições financeiras, sem limite de prazo ou carência.

Essas operações foram contratadas junto a instituições de primeira linha e são remuneradas com base em percentuais da variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI), com liquidez imediata, e compromisso de recompra pelas próprias instituições financeiras, sem limite de prazo ou carência.

Essas operações foram contratadas junto a instituições de primeira linha e são remuneradas com base em percentuais da variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI), com liquidez imediata, e compromisso de recompra pelas próprias instituições financeiras, sem limite de prazo ou carência.

Essas operações foram contratadas junto a instituições de primeira linha e são remuneradas com base em percentuais da variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI), com liquidez imediata, e compromisso de recompra pelas próprias instituições financeiras, sem limite de prazo ou carência.

Essas operações foram contratadas junto a instituições de primeira linha e são remuneradas com base em percentuais da variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI), com liquidez imediata, e compromisso de recompra pelas próprias instituições financeiras, sem limite de prazo ou carência.

Essas operações foram contratadas junto a instituições de primeira linha e são remuneradas com base em percentuais da variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI), com liquidez imediata, e compromisso de recompra pelas próprias instituições financeiras, sem limite de prazo ou carência.

Essas operações foram contratadas junto a instituições de primeira linha e são remuneradas com base em percentuais da variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI), com liquidez imediata, e compromisso de recompra pelas próprias instituições financeiras, sem limite de prazo ou carência.

Essas operações foram contratadas junto a instituições de primeira linha e são remuneradas com base em percentuais da variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI), com liquidez imediata, e compromisso de recompra pelas próprias instituições financeiras, sem limite de prazo ou carência.

Essas operações foram contratadas junto a instituições de primeira linha e são remuneradas com base em percentuais da variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI), com liquidez imediata, e compromisso de recompra pelas próprias instituições financeiras, sem limite de prazo ou carência.

Essas operações foram contratadas junto a instituições de primeira linha e são remuneradas com base em percentuais da variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI), com liquidez imediata, e compromisso de recompra pelas próprias instituições financeiras, sem limite de prazo ou carência.

Essas operações foram contratadas junto a instituições de primeira linha e são remuneradas com base em percentuais da variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI), com liquidez imediata, e compromisso de recompra pelas próprias instituições financeiras, sem limite de prazo ou carência.

Essas operações foram contratadas junto a instituições de primeira linha e são remuneradas com base em percentuais da variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI), com liquidez imediata, e compromisso de recompra pelas próprias instituições financeiras, sem limite de prazo ou carência.

Essas operações foram contratadas junto a instituições de primeira linha e são remuneradas com base em percentuais da variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI), com liquidez imediata, e compromisso de recompra pelas próprias instituições financeiras, sem limite de prazo ou carência.

Essas operações foram contratadas junto a instituições de primeira linha e são remuneradas com base em percentuais da variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI), com liquidez imediata, e compromisso de recompra pelas próprias instituições financeiras, sem limite de prazo ou carência.

Essas operações foram contratadas junto a instituições de primeira linha e são remuneradas com base em percentuais da variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI), com liquidez imediata, e compromisso de recompra pelas próprias instituições financeiras, sem limite de prazo ou carência.

Essas operações foram contratadas junto a instituições de primeira linha e são remuneradas com base em percentuais da variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI), com liquidez imediata, e compromisso de recompra pelas próprias instituições financeiras, sem limite de prazo ou carência.

Essas operações foram contratadas junto a instituições de primeira linha e são remuneradas com base em percentuais da variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI), com liquidez imediata, e compromisso de recompra pelas próprias instituições financeiras, sem limite de prazo ou carência.

Essas operações foram contratadas junto a instituições de primeira linha e são remuneradas com base em percentuais da variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI), com liquidez imediata, e compromisso de recompra pelas próprias instituições financeiras, sem limite de prazo ou carência.

Essas operações foram contratadas junto a instituições de primeira linha e são remuneradas com base em percentuais da variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI), com liquidez imediata, e compromisso de recompra pelas próprias instituições financeiras, sem limite de prazo ou carência.

Essas operações foram contratadas junto a instituições de primeira linha e são remuneradas com base em percentuais da variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI), com liquidez imediata, e compromisso de recompra pelas próprias instituições financeiras, sem limite de prazo ou carência.

Essas operações foram contratadas junto a instituições de primeira linha e são remuneradas com base em percentuais da variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI), com liquidez imediata, e compromisso de recompra pelas próprias instituições financeiras, sem limite de prazo ou carência.

Essas operações foram contratadas junto a instituições de primeira linha e são remuneradas com base em percentuais da variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI), com liquidez imediata, e compromisso de recompra pelas próprias instituições financeiras, sem limite de prazo ou carência.

Essas operações foram contratadas junto a instituições de primeira linha e são remuneradas com base em percentuais da variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI), com liquidez imediata, e compromisso de recompra pelas próprias instituições financeiras, sem limite de prazo ou carência.

4. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias no curso normal das operações da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente ao ano ou menor, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são avaliadas, inicialmente, pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa ("impairment") é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos por seus clientes. A avaliação da existência de impairment é baseada na análise individualizada dos clientes em atraso, considerando a sua capacidade de pagamento, as garantias oferecidas e a avaliação de advogados e empresas especializadas em cobranças.

Os saldos de contas a receber no exterior estão denominados em dólares norte-americanos.

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, nenhum dos clientes da Companhia representava mais do que 10% das receitas totais e dos saldos a receber.

Os valores justos das contas a receber de clientes se aproximam dos valores contábeis em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

Em 31 de dezembro de 2017, as contas a receber de clientes no valor de R\$ 51.062 (R\$96.063 em 31 de dezembro de 2016) encontram-se vencidas e não provisionadas, pois se referem a uma série de clientes independentes que não têm histórico de inadimplência recente, não existindo, dessa forma, expectativa de perdas sobre esses valores, ou para os quais a Companhia possui garantias reais. A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada abaixo:

	2017	2016
Até três meses	1.653	24.592
De três a seis meses	843	7.505
Mais de seis meses	48.566	63.966
5 totais	51.062	96.063

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui provisão para créditos de liquidação duvidosa ("impairment") no montante de R\$ 38.365 (R\$53.983 em 31 de dezembro de 2016), cuja análise de vencimentos está apresentada abaixo:

	2017	2016
Até seis meses	238	382
Mais de seis meses	38.127	33.601
5 totais	38.365	33.983

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, as movimentações da provisão para créditos de liquidação duvidosa foram como segue:

	2017	2016
Saldo inicial	39.983	39.264
Constituição (reversão) da provisão (i)	10.123	3.501
Contas a receber de clientes baixadas durante o exercício como incobráveis	(5.741)	(8.782)
Saldo final	38.365	33.983

(i) Registradas na rubrica "Despesas com vendas", no resultado do exercício. A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação das demonstrações financeiras é o valor contábil de cada classe de conta a receber mencionada acima.

Em 31 de dezembro de 2017, o adiamento de clientes no montante de R\$ 205.053 (R\$215.122 em 31 de dezembro de 2016) decorre de antecipações efetuadas por clientes.

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma: (i) matérias-primas e embalagens - custo médio das compras, usando-se o método da média ponderada móvel; e (ii) custos dos produtos acabados e dos produtos em elaboração - compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas, sempre considerando a capacidade operacional normal.

As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

Matérias-primas e embalagens

	2017	2016
--	------	------

14. Empréstimos e financiamentos
Os empréstimos dos passivos financeiros e são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, sob os custos de transação. Subseqüentemente, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros e custos de transação não amortizados proporcionais ao período incorrido, utilizando o método da taxa de juros efetiva.
Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.
Os valores contábeis e valor justo dos empréstimos e financiamentos estão descritos na Nota 23.
Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possuía nenhum contrato com cláusula restritiva financeira.

	Taxa de juros contratual	Taxa de juros efetiva	2017	2016
Moeda estrangeira				
Financiamentos de importação (I)				
Fixo US\$ 196.578 (US\$179.522 em 31 de dezembro de 2016)	VC+3,7%a.a.	VC+6,8%a.a.	650.279	585.081
Capital de giro US\$ 786.969 em 31 de dezembro de 2016)				25.645
Moeda nacional				
Capital de giro (ii)	274,9%doDla.a.	274,9%doDla.a.	461.188	325.911
Finame	5,4%a.a.	5,4%a.a.	3.803	5.973
Operações de Crédito Rural (iii)	10,8%a.a.	10,8%a.a.	5.643	18.713
Outras obrigações	VC+Libor+3,0%a.a.	VC+Libor+3,0%a.a.	8.363	15.211
BNDÉS	159,0%doDla.a.	159,0%doDla.a.	48.698	30.132
Mútuo	10,5%a.a.	10,5%a.a.	52.453	46.602
			(1.127.117)	(858.662)
Circulante			103.310	194.606
Não circulante				

v) Movimentação dos saldos de empréstimos e financiamentos

	Moeda estrangeira	Capital de giro	Capital de giro nacional	Operações de Crédito Rural	Outras obrigações	BNDÉS	Mútuo	Total
Em 1º de janeiro de 2017	585.081	25.645	325.911	5.973	18.713	30.133	46.602	1.053.269
Captações	1.183.736	0	1.277.261	0	11.696	4.405	22.919	2.500.017
(-) Pagamento de principal, incluindo variação cambial realizada	(1.114.216)	(24.317)	(1.127.135)	(2.165)	(21.024)	(14.995)	(6.008)	(2.309.860)
(-) Pagamento de juros	(41.556)	(433)	(65.620)	(288)	0	0	(2.689)	(110.586)
Provisão de juros	23.594	(895)	50.771	282	0	0	4.344	83.947
Variação cambial não realizada	13.640	0	0	0	0	0	0	13.640
Em 31 de dezembro de 2017	650.279	0	461.188	3.802	9.385	48.699	52.453	1.230.427

15. Contingências

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais e administrativos decorrentes do curso normal de sua atividade. As provisões para eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela avaliação de seus consultores legais.
Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a provisão para contingências era composta como segue:

	2017	2016 (Reclassificado Nota 2.2.6)
Contingências de naturezas:		
Tributárias e administrativas	333	1.825
(-) Depósitos judiciais	(1.037)	(788)
Trabalhistas e previdenciárias (a)	31.216	24.729
(-) Depósitos judiciais	(5.851)	(4.441)
Cíveis e ambientais	25.365	20.288
(-) Depósitos judiciais	(1.139)	(976)
	1.139	(521)
Total da provisão para contingências	32.688	27.530
(-) Depósitos judiciais	(5.851)	(5.529)
	26.837	22.001

(a) As ações trabalhistas e previdenciárias decorrem do curso normal dos negócios da Companhia e se referem, substancialmente, a pedidos de verbas por ex-funcionários e discussões sobre cálculos e incidência de encargos previdenciários.

i) Movimentação da provisão para contingências

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a movimentação da provisão para contingências foi como segue:

	2017	2016
Saldo inicial	27.530	16.119
Provisões, líquida	411	3.120
Atualização monetária	4.747	8.291
Saldo final	32.688	27.530
Depósitos judiciais vinculados e não vinculados a processos promovidos	2017	2016
Tributárias e administrativas	16.143	14.824
Cíveis e ambientais	4.103	5.808
Previdenciários	3.464	3.316
Trabalhistas	7.288	6.085
	30.998	30.033
Classificados como redutores da provisão para contingência	(5.851)	(5.529)
Saldo de Depósitos Judiciais – Ativo Não Circulante	25.147	24.504

ii) Passivos contingentes

A Companhia possui ações de natureza tributária, previdenciária, trabalhista, administrativa, cível e ambiental, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração e seus consultores jurídicos como possível, para os quais não há provisão constituída, conforme composição demonstrada a seguir:

	2017	2016
Tributárias e administrativas (i)	149.838	304.102
Trabalhistas e previdenciárias (ii)	102.026	80.603
Cíveis e ambientais (iii)	84.952	117.772
	336.816	502.477

Os valores apresentados acima estão atualizados monetariamente pela taxa SELIC ou, quando aplicável, correspondendo aos valores atualizados pelos consultores jurídicos da Companhia.

(i) As ações tributárias e administrativas referem-se, substancialmente, a discussões envolvendo PIS, COFINS, IRPJ e CSJ no montante de R\$ 130.605 e ICMS, no montante de R\$ 15.183, em decorrências de autuações e discussões de entendimentos divergentes entre as autoridades fiscais e a Companhia. As principais ações encontram-se atualmente na esfera administrativa.

(ii) As ações trabalhistas e previdenciárias decorrem do curso normal dos negócios da Companhia e se referem, substancialmente, a pedidos de verbas por ex-funcionários e discussões sobre cálculos e incidência de encargos previdenciários.

(iii) As ações cíveis e ambientais estão substancialmente relacionadas à Ação Civil Pública na unidade de Paraná e pedidos de indenizações dos moradores das comunidades próximas a fábrica.

iv) Aquisição de créditos tributários e sua utilização para compensação com tributos devidos
Em fevereiro de 2003, a Companhia adquiriu créditos tributários decorrentes de débito tributário federal. Para a operação foi firmado contrato de cessão dos créditos, objeto de averbação no Registro de Títulos e Documentos e, também, foi solicitada e deferida pela Vara Federal a substituição do polo ativo, decisão esta que, quanto a este ponto, também já transitou em julgado.

O valor incontroverso do crédito no montante de R\$ 138.544, dado em garantia em transação financeira, foi recebido em 1º de agosto de 2017. A Companhia já exerceu a opção de recompra do crédito (Nota 9), junto a instituição financeira que estruturou a operação.

v) Ação Civil Pública na unidade de Paraná – PR
Em fevereiro de 2009, os Ministérios Públicos Federal e Estadual do Paraná propuseram Ação Civil Pública em que se discute a regularidade do processo de licenciamento e supostos danos ambientais causados pela planta de produção de SSP (Super Fosfato Simples) de Paraná – PR, e que atualmente encontra-se aguardando decisão final de 1ª Instância (sentença).

Amparada na posição de seus consultores jurídicos, que entendem como remotas as chances de perda no que tange à solicitação dos Ministérios Públicos para demolição das construções e desocupação da área e possíveis as chances de perda da Companhia nos demais itens do processo, nenhuma provisão para perdas foi efetuada sobre os ativos da referida unidade. Em 31 de dezembro de 2017, o valor atualizado da ação era de R\$ 16.403 (R\$16.090 em 31 de dezembro de 2016).

16. Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital da Companhia é compreendido integralmente por ações ordinárias, sem valor nominal. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções, quando aplicável, são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

O acordo de administração da Companhia, o Conselho de Administração está autorizado a aumentar o capital social até o limite de R\$500.000.

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, o capital social subscrito e integralizado no valor de R\$585.518 está representado por 53.857.284 ações.

(b) Ajuste de avaliação patrimonial
O ajuste de avaliação patrimonial é composto pelo valor do custo atribuído (deemed cost) de terrenos e edificações que foi registrado na data de transição para CPC e IFRS.

(c) Destinação dos resultados e reservas de lucros – Incentivos fiscais
Em 31 de dezembro de 2017, o montante que seria destinado à reserva de lucros – Incentivos fiscais, no valor de R\$17.784, foi utilizado para absorção de prejuízos acumulados. Esses incentivos fiscais são utilizados para absorção de prejuízos acumulados desde 31 de dezembro de 2008.

Até 31 de dezembro de 2017, os montantes anuais de incentivos fiscais que foram utilizados para absorção de prejuízos acumulados, e que, como antes mencionado, deverão ser restaurados como reserva de lucros quando houver lucro disponível, são, como segue:

	2008 a 2014	2015	2016	2017	Total
PSDI (i)	159.488	19.575	17.970	11.513	208.546
Desenvolve (ii)	3.946	-	6.271	10.217	20.434
Outros incentivos recebidos (iii)	5.457	-	1.228	-	6.685
	164.945	19.575	23.144	17.784	225.448

Benefício fiscal de redução de ICMS:

(i) Concedido à Companhia em dezembro de 2003 por participar do Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial - PSDI - Governo do Estado de Sergipe, que goza de benefício fiscal correspondente à redução de 92% do imposto de renda sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) apurado na unidade fabril de Rosário do Catete - SE. O programa tem vencimento em 26 de dezembro de 2028.

(ii) Concedido à Companhia em novembro de 2014 por participar do Programa Desenvolve - Governo do Estado da Bahia, que goza de benefício fiscal correspondente à redução de 90% do valor do imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) apurado na unidade fabril de Candéias - BA. O programa tem vencimento em 31 de outubro de 2025.

(iii) Redução de 75% do imposto de renda a receber, com base no lucro da exploração por período de 10 anos a contar da data da concessão, por força do artigo 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, obtidos da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE e Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM; (a) em 2011 o benefício foi concedido para a unidade de Camaçari - BA e tem duração garantida até 2020; (b) a partir de 2014, o benefício foi concedido para as duas unidades de Rondópolis - MT e tem duração garantida até 2023; e (c) a partir de 2016 o benefício foi concedido para a unidade de Candéias - BA e tem duração garantida até 2025.

Os benefícios são registrados diretamente no resultado do exercício e posteriormente transferido da conta "Lucros acumulados" para "Reserva de lucros de incentivos fiscais". Essas reservas podem ser utilizadas apenas para aumento de capital ou absorção de prejuízos. Na hipótese de absorção de prejuízos, o montante absorvido deve ser revertido para a reserva de lucros de incentivos fiscais, na medida em que houver lucros líquidos disponíveis, de modo a evitar possíveis contingências tributárias, pois essa reserva não pode ser distribuída aos sócios sob pena de perda dos benefícios.

17. Resultado por ação

A tabela abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizadas no cálculo do lucro (prejuízo) básico por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares, exceto valores por ação):

	2017	2016
Resultado atribuído aos acionistas da Companhia	(125.604)	43.190
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (em milhares)	53.857	53.857
Resultado básico e diluído por ação ordinária – R\$	(2.332)	0.8019

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não ocorreram transações com ações ordinárias por potenciais diluidoras que gerassem diferença entre o resultado básico e o resultado diluído por ação ordinária. Não há diluição de prejuízos.

18. Receita operacional líquida

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços sob as condições de venda estabelecidas pela Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, ou seja, para casos de vendas FOB ("Free on Board"), a receita é reconhecida no momento em que o comprador retira, com fretes próprios, a mercadoria nas unidades da Companhia; para casos de vendas CIF ("Cost, Insurance and Freight"), a receita é reconhecida somente após a entrega à mercadoria local estabelecido pelo cliente.

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	2017	2016
Vendas brutas de produtos	4.869.735	5.273.230
(-) Deduções da receita bruta de vendas:		
Devoluições das vendas	(22.542)	(50.983)
Devoluições das vendas	(75.342)	(60.083)
Incentivos fiscais ICMS (PSDI)	11.513	10.217
Incentivos fiscais ICMS (Desenvolve)	6.271	3.946
	4.789.723	5.194.970

19. Custos e despesas por natureza

As bonificações decorrentes de compras de matérias-primas, concedidas pelos fornecedores, são reconhecidas como redutora de custos na rubrica "Custo dos produtos vendidos", no resultado do exercício, na medida em que a Companhia adquire o direito ao seu recebimento, mediante o atendimento dos volumes de compra e outros parâmetros preestabelecidos.

Os gastos relativos a frete de compras de matérias-primas e materiais auxiliares são apropriados aos custos dos estoques e posteriormente ao custo dos produtos vendidos quando da venda destes. As despesas com frete relacionadas à entrega da mercadoria, bem como as despesas com comissão sobre vendas são registradas como despesas comerciais, quando incorridas.

Demais custos são apurados em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

	2017	2016
Matérias-primas e materiais de produção (i)	4.106.508	4.334.917
Despesas com transporte	184.571	179.343
Despesas com pessoal (Nota 22)	224.252	210.277
Despesas comerciais	75.134	81.176
Depreciação e amortização	52.781	51.792
Participação nos resultados (Nota 22)	8.485	7.829
Despesas com publicidade	585	636
Arrendamentos mercantis operacionais	6.628	5.627
Outros gastos	120.396	127.449
	4.779.312	4.999.046

Classificados como produtos:

Custos dos produtos vendidos	4.330.049	4.557.742
Despesas com vendas	348.181	340.309
Despesas gerais e administrativas	101.082	100.995
	4.779.312	4.999.046

(i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram adquiridos insumos no montante de R\$ 2.443 (R\$2.801 em 31 de dezembro de 2016) em créditos de ICMS.

20. Variação cambial, líquida

As transações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou sua avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos no resultado do exercício em "Despesas financeiras, líquidas".

	2017	2016
Variação cambial ativa	138.275	545.108
Variação cambial passiva	(159.558)	(283.352)
	(21.283)	261.756

21. Despesas e receitas financeiras

As receitas (despesas) financeiras com juros são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa de juros efetiva.

As demais receitas (despesas) financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência.

Abaixo, seguem informações adicionais sobre os modalidades dos empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia:

i) Financiamentos de importação

Financiamentos contratados junto a instituições financeiras para financiar a importação de matérias-primas. O prazo de pagamento é de até 360 dias da data de conhecimento de embarque das matérias-primas no exterior ou da data do desembolso da operação (prazo médio em 31 de dezembro de 2017 de 177 dias). Em 31 de dezembro de 2017, 22,1% (24,8% em 31 de dezembro de 2016) do montante financiado está garantido por recebíveis da Companhia, entretanto, o saldo remanescente não possui garantias.

ii) Capital de giro

Refere-se à operação de empréstimos com instituições financeiras, sendo que, em 31 de dezembro de 2017, 86% do saldo tem vencimento em 2018 e 14% vencimento até 2020. Em 31 de dezembro de 2017, 15% (20% em 31 de dezembro de 2016) do montante de capital de giro estão garantidos por recebíveis, 38% das operações de FIDC, 7% estão garantidos por imóveis rurais do grupo de controle e o saldo remanescente não possui garantias.

iii) Operações de crédito rural

A Companhia mantém contratos com instituições financeiras relativos a operações de crédito rural (vendas à vista com financiamento de instituições financeiras direto para o comprador com garantia da Companhia), efetuadas com seus clientes preferenciais e consignadas no balanço patrimonial em contas de passivo por ser a Companhia garantidora dessas operações. Do total de R\$ 5.643 de operações de crédito rural em 31 de dezembro de 2017, 100% estavam cobertos por seguro de crédito, para eventuais perdas.

iv) Análise de vencimento dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
2017		858.661
2018	1.127.117	156.696
2019	68.471	37.911
2020 em diante	34.839	-
	1.230.427	1.053.268

	2017	2016
Despesas financeiras	(180.579)	(309.436)
Perdas com instrumentos financeiros derivativos	(149.487)	(140.388)
Juros sobre passivos financeiros e descontos concedidos	(54.021)	(61.675)
Despesas com ajustes a valor presente	(45.708)	(44.746)
Tributos e taxas sobre operações financeiras	(226)	851
Variações monetárias passivas	(430.212)	(555.394)
Receitas financeiras	19.605	36.988
Variações monetárias ativas	63.932	89.552
Receitas com ajustes a valor presente	125.255	15.255
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos	1.308	1.725
Rendimentos sobre aplicações financeiras	9.236	12.333
Juros sobre ativos financeiros e descontos obtidos	219.336	156.153
	(210.685)	(399.241)

22. Despesas com empregados

As despesas com empregados estão demonstradas a seguir:

	2017	2016
Ordenados e salários	134.022	125.111
Custos de previdência social	34.738	32.420
Benefícios previstos em Lei	18.256	17.151
Benefícios adicionais (i)	37.236	35.595
	224.252	210.277
	8.457	7.829
	232.709	218.106

(i) Assistência médica, seguro de vida, previdência complementar (contribuição definida), pecúlio e alimentação.

22.1. **Valor justo dos instrumentos financeiros**
A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos, incluindo operações de "vendedor" e crédito rural. Adicionalmente, a Companhia também opera com instrumentos financeiros derivativos, especialmente operações com "swaps" e "NDs".

Segue a composição dos instrumentos financeiros por categoria:

	2017	2016
Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	66.85	

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA

Situação econômica e financeira da Companhia

As notas explicativas “2.1 – Base de preparação – situação econômica e financeira da Companhia” e “24 - Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro – (d) risco de liquidez e (f) gestão de risco de capital”, às demonstrações financeiras, tratam de aspectos relevantes sobre a situação econômica e financeira da Companhia, incluindo liquidez.

A Companhia tem gerado fluxo de caixa negativo nas atividades operacionais nos últimos três anos. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo de R\$ 1.029.952 mil e prejuízo do exercício findo nessa data e acumulado de R\$ 125.604 mil e R\$ 462.444 mil, respectivamente.

A administração tem expectativa, baseada em suas projeções de resultados e de fluxos de caixa para os próximos doze meses a partir da data do balanço, de gerar caixa operacional, bem como a capacidade de captar novos recursos junto a instituições financeiras e parceiros comerciais para suprir as necessidades de caixa da Companhia.

Diante da relevância desse tema e os reflexos sobre a operação da Companhia, aliado ao fato de que a avaliação da administração está fundamentada em projeções de resultados futuros, preparadas com base em premissas e julgamentos que podem não se concretizar, consideramos esse tema como um dos principais assuntos de nossa auditoria.

Projeções de resultado utilizadas na avaliação do valor recuperável “impairment” de ativos imobilizados e na realização de tributos diferidos

Detalhes sobre as políticas contábeis e teste para redução ao valor recuperável dos ativos imobilizados e realização de tributos diferidos estão descritos nas Notas explicativas “2.2.2 - Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros”, Notas “7 - Imposto de renda e contribuição social” e “11 – Imobilizado”. Focamos nossos trabalhos nessas áreas, pois a avaliação realizada pela administração da Companhia sobre a identificação de indicadores de perda e, principalmente, sobre a determinação do valor recuperável dos ativos imobilizados e realização de tributos diferidos, envolve julgamentos e está baseada em premissas referentes ao desempenho da economia brasileira e internacional, incluindo determinação de taxas de crescimento e de desconto, seleção de taxa de câmbio, projeções esperadas de resultados futuros e suas bases tributárias e correspondentes alíquotas de tributos, entre outras associadas a uma metodologia de fluxos de caixa descontados da Unidade Geradora de Caixa (UGC), para UGC Misturadoras, a fim de determinar seu valor em uso. Os resultados obtidos são sensíveis às imprecisões inerentes ao processo e aos julgamentos e premissas que, se alterados, poderão resultar em valores relevantemente diferentes dos apurados pela Companhia.

Para a UGC Industrial, tendo em vista seu estágio atual de operações, a administração da Companhia efetuou a avaliação do valor de mercado desses ativos líquido de seu custo de vendas com suporte de empresa especializada.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A **Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - “Demonstração do Valor Adicionado”. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.**

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentadas para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 2 de março de 2017, sem ressalvas.

Como parte de nosso exame das demonstrações financeiras de 2017, examinamos também as reclassificações descritas na Nota 2.2.6, que foram efetuadas para alterar as demonstrações financeiras de 2016, apresentadas para fins de comparação. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2016 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre as demonstrações financeiras de 2016 tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações



Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

No contexto da auditoria das demonstrações financeiras, em relação a situação econômica e financeira da Companhia, realizamos, entre outros, os procedimentos descritos a seguir.

Realizamos o entendimento das políticas de administração de risco de liquidez da Companhia e do processo de elaboração e aprovação, pelos órgãos de governança, das projeções de fluxos de caixa, projeções essas que foram objeto dos procedimentos de auditoria descritos no PAA seguinte - “Projeções de Resultado utilizadas na avaliação do valor recuperável “impairment” de ativos imobilizados e na realização de tributos diferidos”.

Discutimos com a administração os planos e ações de negócio aprovados e divulgados. Obtivemos evidência das linhas de crédito disponíveis, confrontando-as com as respectivas informações bancárias disponíveis.

Adicionalmente, analisamos os eventos subsequentes até a data de emissão deste relatório.

Consideramos que as informações divulgadas nas demonstrações financeiras estão consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria.

Nossa abordagem de auditoria considerou, entre outros, os seguintes procedimentos:

Com o auxílio de nossos especialistas de avaliação de empresas, obtivemos o entendimento do processo realizado pela Administração da Companhia para determinação das projeções de fluxo de caixa, bem como o entendimento das premissas relevantes utilizadas nessas projeções e testamos a consistência das informações e premissas utilizadas nessas projeções mediante a comparação com: (i) orçamentos atuais aprovados pela administração da Companhia, (ii) premissas e dados de mercados e setores específicos da UGC Misturadoras, e (iii) projeções utilizadas em anos anteriores com os resultados efetivos subsequentes. Além disso, para a taxa de desconto aplicada, nossa análise considerou o custo de capital da Companhia e de organizações comparáveis. Realizamos análise de sensibilidade e recalculamos as projeções considerando diferentes intervalos e cenários de taxas de crescimento e de descontos.

Para a UGC Industrial, com o auxílio de nossos especialistas em avaliação de ativos, entre outros procedimentos, obtivemos o entendimento do processo realizado pela Administração da Companhia e avaliamos as bases e premissas utilizadas para mensuração do valor de mercado desses ativos líquido de seu custo de vendas.

Quanto aos trabalhos relacionados com os tributos diferidos, testamos, com o apoio de nossos especialistas, as bases de cálculo dos prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, bem como das diferenças temporárias. Adicionalmente, analisamos a razoabilidade do prazo de utilização dos prejuízos fiscais acumulados ao longo dos próximos anos.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os critérios e premissas utilizados pela administração são consistentes com dados e informações observáveis, interna e externamente, conforme aplicável.

financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 12 de março de 2018

PricewaterhouseCoopers

Audítores Independentes

CRC 25P000160/O-5

Eduardo Dias Vendramini

Contador - CRC 15P220017/O-4